

## APRESENTAÇÃO

Rossana Rocha Reis

*Departamento de Ciência Política (CEDEC),  
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP SP – Brasil. <rossanarr@uol.com.br>*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445007-008/95>

O número 95 da revista *Lua Nova* inicia com o dossiê *Questão Agrária na Atualidade*, organizado por Mariana Miggiolaro Chaguri e Elide Rugai Bastos. Em artigo introdutório, as autoras nos trazem uma reflexão sobre o papel do agrário e do rural na construção da democracia no Brasil, e, em particular, sua relação com o reconhecimento de direitos. Em seguida, Nashieli Rangel Loera debate as relações estabelecidas entre movimento social e Estado, tendo como foco os acampamentos liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, e a centralidade dessas relações para compreender como se dá a distribuição dos lotes de terra. Camila Penna e Marcelo C. Rosa retomam o tema das relações entre movimento social e Estado, dessa vez em Pernambuco e no Pará, para tratar da permeabilidade do Estado e seu impacto nas políticas envolvidas na reforma agrária. Iram Jácome Rodrigues e Mário Henrique Guedes Ladosky tratam do sindicalismo rural nos últimos trinta anos e do impacto desse tipo de associativismo sobre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que tem abrigado um número expressivo de associados do campo. No último artigo do dossiê, Abel Cassol e Sergio Schneider nos trazem um debate em torno do papel dos consumidores nas novas formas de produção, comercialização e consumo de alimentos através de redes alternativas, estudando dois casos específicos: grupos coletivos de aquisição de alimentos da Itália e as feiras de venda direta no Rio Grande do Sul, Brasil.

Este número da revista se compõe também de quatro artigos. No primeiro deles, Luciano Joel Fedozzi e André Luís Borges Martins investigam a qualidade das instituições participativas surgidas no Brasil na última década, retomando o caso gaúcho do Orçamento Participativo de Porto Alegre. No segundo, Francisco Mata Machado Tavares trata dos limites da teoria habermasiana do agir comunicativo e sua relação com as diversas teorias deliberativas de democracia, e conclui que “o Estado pode ser tanto um espaço de simples influência informal dos fluxos comunicativos egressos da esfera pública, como o seu oposto, na condição de um aparato promotor de fóruns decisórios participativos”. Na sequência – o terceiro artigo –, Vera Karam de Chueiri e Heloísa Fernandes Câmara abordam o impacto das práticas constitucionais autoritárias do regime militar no constitucionalismo democrático do país pós-1964, que as autoras denominam “(des) ordem constitucional brasileira”. Para finalizar, no quarto artigo, Laurindo Dias Minhoto especula como tem se dado a apropriação do pensamento de Foucault na chamada guinada punitiva do pensamento sociológico contemporâneo, em especial no que concerne à analítica de governo, com base em quatro teses mais conhecidas.

Todos os artigos foram enviados espontaneamente por seus autores e avaliados por nossos pareceristas, a quem muito agradecemos.

**O EDITOR**